



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE



PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 169/2019
PROJETO DE LEI Nº 1037/2019
AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL
RELATOR: JUAREZ FARIA BARBOSA

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 1037/2019 de lavra do Poder Executivo que “dispõe sobre a concessão de isenção de Imposto Predial, Territorial Urbano – IPTU às pessoas que especifica, e dá outras providências.”

Encontra-se o texto legal da proposição às fls. 020/024; bem como sua devida justificativa às fls. 025.

Adiante às fls.013/014, vislumbro Parecer Jurídico, da lavra da Dr. Luiz Carlos Rezende onde opina favoravelmente pela regular tramitação do feito.

Por fim, às fls. 027/030 Parecer Favorável da Comissão de Justiça e Redação.

É o sucinto relatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

CÂMARA MUNICIPAL PRIMAVERA DO LESTE MT	
FL. Nº	RUB
037	8

II – ANÁLISE

Compulsando o referido auto do projeto de lei, verifica-se que todos os requisitos regimentais para dar possibilidade à atuação legiferante foram preenchidos, especialmente pelo enfrentamento das etapas preliminares necessárias ao correto andamento processual.

Importante frisar que, consoante ordenamento regimental, no que tange às atribuições da Comissão Economia, Finanças e Orçamento, essa deverá observar o aspecto Econômico, Financeiro ou Orçamentário das proposições que tramitam por esta Casa de Leis, vejamos:

“Art. 43. Compete a Comissão de Economia e Finanças e Orçamento, emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente sobre: I

- Proposta orçamentária;

II - Prestação de contas do Prefeito após o parecer do Tribunal de contas do Estado, concluindo por projeto de Decreto Legislativo, respectivamente;

III - Proposição referente a matéria tributaria, abertura de créditos adicionais, empréstimos públicos e as que direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público;

IV - Proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo ou subsídio e a Verba de representação do Prefeito, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e dos Vereadores quanto for o caso;

V - As que, direta ou indiretamente, represente mutação patrimonial do município.”

E, assim, sobrelevando em consideração a justificativa às fls. 025, parecer jurídico listado às fls. fls. 013/014, bem como parecer da Comissão de Justiça e Redação encartado aos autos nas fls. 027/030, os quais atestam os requisitos da



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

CÂMARA MUNICIPAL PRIMAVERA DO LESTE MT	
FL. Nº 038	RUB.

tramitação, bem como legalidade, constitucionalidade do projeto de lei em análise, estando estes devidamente redigidos de forma clara e pontual, o que demonstra a aptidão no que tange aos aspectos constitucionais e legais do presente.

A matéria não comporta análise complexa, pois o presente Projeto de Lei que visa ampliar o rol de isentos ao pagamento de Imposto Predial, Territorial Urbano – IPTU, revogando, para tanto, a Lei nº 1.110/2009, conforme disposto no artigo 7º da presente proposição.

Acerca da renúncia de receita prevista no artigo 14 da LRF, verifica-se a ausência da Estimativa Impacto Orçamentário-Financeiro, sob o argumento de que nas pelas orçamentárias já constam a previsão da isenção de IPTU.

Ao meu ver, tal argumento encontra-se devidamente fundamentado no artigo 14 §1º da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, visto que a presente proposição alcançará várias categorias, não sendo possível especificar detalhadamente os beneficiados.

Desta forma, feitas estas considerações envolvendo-me aos pareceres da Comissão de Justiça e Redação, bem como, da Assessoria Jurídica, *in aliunde*, que opinam favoravelmente pela aprovação da proposição, não havendo mais o que se manifestar no que se refere a competência dessa comissão, exaro meu voto pelo provimento do Projeto de Lei em questão, sem nenhuma emenda, modificação e/ou diligência a ser investida que abranja a competência desta Comissão, consignando que não há restrições econômicas, financeiras ou orçamentárias, sendo o projeto hígido e atende o interesse público.

III – CONCLUSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE



Logo a presente proposição de iniciativa do Executivo Municipal **ATENDE** ao interesse público buscado, demonstrando que o projeto é **viável, legal e constitucional** e não se vislumbra restrições econômicas, financeiras ou orçamentárias.

IV – VOTO

O Excelentíssimo Senhor Vereador **JUAREZ FARIA BARBOSA** (Relator): Por isso, o meu parecer e voto são **FAVORÁVEIS** e, no mérito, opino pela **APROVAÇÃO** do projeto, pelo soberano plenário.

Sala das Comissões, em 16 dezembro de 2019.

Vereador **JUAREZ FARIA BARBOSA** – Relator.

V – VOTO

O Excelentíssimo Senhor Vereador **PAULO ROBERTO DONIN** (Suplente): Voto “**pelas conclusões do relator**”.

É como voto.

Sala das Comissões, em 16 dezembro de 2019.

Vereador **PAULO ROBERTO DONIN** – Membro.



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

CÂMARA MUNICIPAL PRIMAVERA DO LESTE MT	
FL. Nº	RUB
040	12

VI – VOTO

A Exma. Sra. Ver. CARMEN BETTI BORGES DE OLIVEIRA
(Presidenta): Voto “**pelas conclusões do relator**”.

É como voto.

Sala das Comissões, em 16 dezembro de 2019.


Vereadora CARMEN BETTI BORGES DE OLIVEIRA - Presidente.